

>> *Cadernos dos Alunos*

A educação antirracista: vivências e percepções de duas estudantes do IFMT

Fabiane Vitoria Bazzi*
Maria Júlia Cesco Valemndolf**
Renata de Oliveira Carvalho***

Resumo:

O presente ensaio aborda as representações do negro na sociedade brasileira, na qual a escola ocupa um lugar significativo. Problematiza a educação antirracista no IFMT frente à lei 10.639/03, discutindo as representações impostas ao negro como ser de cultura, traços e feições inferiorizadas e subalternizadas historicamente. Como ponto de partida metodológico, criamos uma tirinha (quadrinhos) que tenciona a desigualdade racial brasileira, mais o presente texto que assenta as reflexões que trazemos enquanto estudantes da educação básica acerca de como percebemos a materialidade da educação antirracista no âmbito escolar, refletindo como esta importante demanda pode avançar.

Palavras-chave:

Educação antirracista. Escola. Representações do negro. Racismo.

Resumen:

Este ensayo trata sobre las representaciones de los negros en la sociedad brasileña, en la que la escuela ocupa un lugar importante. Cuestiona la educación antirracista en el IFMT bajo la Ley 10.639/03, discutiendo las representaciones impuestas a los negros como de cultura, rasgos y rasgos que fueron históricamente inferiores y subalternizados. Como punto de partida metodológico, creamos una tira cómica que apunta a la desigualdad racial brasileña, más este texto que basa las reflexiones que traemos como estudiantes de educación básica sobre cómo percibimos la materialidad de la educación antirracista en el entorno escolar, reflejando cómo esta importante demanda puede avanzar.

Palabras-clave:

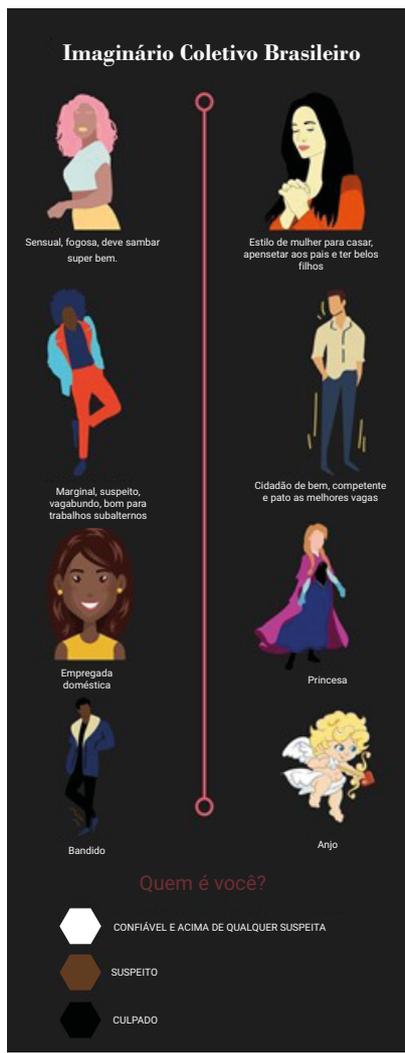
Educación antirracista. Colegio. Representaciones del negro. Racismo.

* Estudante do 3º ano do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Alimentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, campus Sorriso – MT. E-mail: fabianebazzi08@gmail.com.

** Estudante do 3º ano do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Alimentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, campus Sorriso – MT. E-mail: majuvalemndolf@gmail.com.

*** Mestra em Ciências do Movimento Humano, professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, campus Sorriso – MT. E-mail: renata.contatos@gmail.com. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0001-5483-4164>.

Figura 1 – Imaginário Coletivo Brasileiro



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Introdução

O racismo pode ser entendido como a subjugação, o preconceito, a discriminação e a hierarquização das diferentes etnias e raças¹ (KAERCHER, 2006; GOMES, 2001). No ambiente escolar, apenas recentemente mediante a Lei nº 10.639/03 buscou-se promulgar a cultura e as contribuições afro-brasileiras e indígenas na constituição da nação brasileira. A referida lei dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental e Médio (BRASIL, 2003).

Porém, não diferente do que ocorre na sociedade, ainda é possível observar também no cotidiano escolar a inferiorização e hierarquização de raças de maneira estrutural. A valorização da diversidade cultural defendida pela referida lei é um dos caminhos para uma educação antirracista desde a educação básica, isto é, a valorização do negro e sua contribuição na cultura brasileira sob o prisma da diversidade cultural é imprescindível no currículo. Contudo, ainda existe a necessidade de superar a inferiorização simbólica da

1. Estamos compreendendo raça como uma localização social, não uma questão de determinismo biológico. Esse entendimento de raça permite-nos analisar os processos de construção das diferenças raciais, seus modos de construção e representação, constitui-se então num conceito de cunho político e cultural (KAERCHER, 2006; GOMES, 2001).

cultura afro-brasileira em detrimento da europeia nas práticas escolares como nos esportes, na literatura, nas artes e no conjunto de abordagens metodológicas, técnicas e científicas. Outrossim, nesta valorização da diversidade cultural sem hierarquizações, é necessário superar a invisibilização imposta ao negro em nossa sociedade, a qual a escola não está imune. Por conseguinte, este trabalho visa apresentar como percebemos, enquanto estudantes do Ensino Médio integrado do IFMT² e autoras do presente ensaio, a materialidade da educação antirracista no âmbito escolar, refletindo como esta importante demanda pode avançar. O que discutimos é que as representações impostas ao negro, como ser de cultura, traços e feições inferiorizadas e subalternizadas historicamente, estruturou um imaginário coletivo que perpetua o racismo, e é isso que necessita ser combatido na escola através da educação antirracista com consonância à lei.

Metodologia

Enquanto estudantes da educação básica, iremos problematizar o ambiente escolar e discutir como percebemos as nuances e os movimentos de uma educação antirracista defendida pela Lei 10.639/03. Como ponto de partida, acerca das representações do branco em detrimento do negro em nossa sociedade, às quais a escola não está imune, debruçadas em Kenia Maria Dias (2017), Djamila Ribeiro (2018), Carvalho e Tavares (2018) e também inconformadas diante dos inúmeros casos de racismo e genocídio da população negra que observamos cotidianamente, criamos uma tirinha que se intitula “Imaginário coletivo brasileiro”. Nela tencionamos como a cor da pele é capaz de impor diferentes lugares sociais às pessoas, criar privilégios e perpetuar desigualdades.

Ao encontro disso, questionando-nos a seguir se em nossa experiência como discentes do Ensino Médio de uma escola pública as práticas pedagógicas favorecem ou dificultam a valorização da diversidade cultural, podemos observar a existência de duas nuances: de um lado, existem iniciativas antirracistas e mais individualizadas de professores que têm compromisso com essa causa, mas, também, observamos a inexistência de uma política institucional articulada para promover esses avanços em prol da valorização do negro no currículo e práticas pedagógicas. Isto é, enquanto as ações dependerem “do professor”, os avanços na educação antirracista continuarão lentos. Portanto, trata-se de um ensaio em que produzimos uma arte (tirinha) e o presente texto que problematizam as representações do negro e do branco em nossa sociedade e suas implicações, e como estas estão imbricadas pelo tema da educação antirracista defendida pela lei 10.639/03.

Discussão

No Ensino Médio, podemos elencar ações antirracistas introduzidas no IFMT durante o ano letivo, tais como atividades temáticas, a exemplo da Feira das Nações. Nesta ação, os estudantes pesquisaram diferentes países, culturas, culinárias, religiosidades e apresentaram-nas em formato de feira. Esta iniciativa foi idealizada por um professor de espanhol que engajou diferentes disciplinas e a escola como um todo, tornando-se um grande evento. Compreendemos que iniciativas como esta abrem espaço para uma visão interdisciplinar, valorização das diferenças e combate ao racismo.

Além desta, o painel temático Carolina Maria de Jesus é outro projeto de extensão do campus que estudamos. Conforme supracitado, leva o nome de uma escritora brasileira e negra. Este projeto também ofereceu uma abordagem interdisciplinar, contando com exposição de fotografias da cidade, palestras, apresentações artísticas e relatos de experiência. Semelhantemente, este projeto ganhou notoriedade na escola, envolvendo toda a comunidade escolar, e, também oferecendo aos presentes a oportunidade de conhecerem a história desta estimada e brilhante escritora negra e favelada que escrevia suas reflexões nos pedaços

2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

de papel que catava pelo chão. Esta ação oferece um olhar voltado à intelectualidade, ao brilhantismo e à grandiosidade das pessoas negras, excedendo a mera associação do negro à escravização.

Nas aulas de Educação Física, observamos o movimento da professora em exceder o mero estudo dos esportes mais hegemônicos como o futebol e o voleibol. Estudamos a capoeira como patrimônio imaterial da cultura brasileira e negra. Além disso, nas aulas de dança são trabalhadas cirandas, danças afro-brasileiras e indígenas, em que são apresentados instrumentos musicais como o *caxixi*³ e o *maracá*⁴. Em parceria com a professora de geografia, a professora também ministrou uma oficina de *maculelê*⁵ durante um evento no IFMT.

Também podemos mencionar o projeto África em que o professor de história envolveu os terceiros anos em um evento que apresentava para toda a escola os resultados de pesquisas sobre este continente, tais como aspectos políticos, culturais, religiosos, científicos. Assim como o projeto de dança e música Mil Marias, mil rainhas, que, por meio de músicas autorais, dança e teatro, valoriza e oferece visibilidade à mulher negra e às várias realidades vividas pelas mulheres no Brasil, que muitas vezes não conseguem erguer suas vozes na sociedade machista e racista na qual vivemos.

Alguns professores do IFMT, em especial negros, procuram abordar tal assunto enfatizando os danos sociais causados pelo racismo, o que também destacamos como parte desta luta antirracista. Compreendemos que a valorização da diversidade cultural cria caminhos para o estudante negro construir o sentimento de representatividade, favorecendo-o a ter uma imagem positiva de si e de suas raízes. Exemplificando, nos projetos mencionados acima, os estudantes ouviram que as religiões afro-brasileiras, por exemplo, não são demoníacas como promulga o senso comum, mas que foram demonizadas pela elite europeia devido ao colonialismo, assim como toda a cultura africana. Esta informação oferece condições para a construção do pensamento crítico do estudante, educação antirracista e valorização das diferenças.

Por outro lado, o racismo estrutural ainda é observável na escola, onde o material didático distribuído apresenta pessoas de pele branca como padrão, e, para tematizar o negro, associa-se apenas à escravização e não pela contribuição histórica ou cultural. O negro é representado e ilustrado no material didático na maioria das vezes como um ser sem narrativa, acompanhados da história dos europeus sob o prisma colonizador e sustentado pelo eurocentrismo, reforçando o preconceito racial no ambiente escolar (SILVA, 2005). É por isso que na tirinha argumentamos que a mulher branca é vista como superior e mais valorizada (como observamos nos meios midiáticos, revistas, livros) ao passo que a mulher negra é associada ao papel de empregada doméstica e serviçal. Isto é, a inferiorização e a subalternização impostas à pessoa negra são mecanismos do racismo estrutural. É necessário que todos os educadores, sejam negros ou não, estejam comprometidos com a Lei 10.639/03 e com a pauta da educação antirracista, oferecendo protagonismo ao negro que historicamente é silenciado, e promovendo novas representações deste povo imensamente rico em ciência, cultura, arte e saberes ancestrais.

Para Carvalho e Tavares (2018), e assim como já mencionamos, a escola não é imune aos efeitos do racismo brasileiro e é repleta de demandas neste sentido. As autoras discutem que cotidianamente emergem na escola situações de interiorização, humilhação e degradação da pessoa negra através da linguagem, como “negrice”, “coisa de nego”, em atribuição a questões de aspecto negativo, em que o negro tem sua cor de pele associada a “coisas ruins”. É por essa razão que trazemos na tirinha que no imaginário coletivo, algo angelical como um anjo é representado como branco na maioria das vezes, enquanto um negro na rua pode ser tido como suspeito apenas por ser negro. Confluindo, Kenia Maria Dias (2017) argumenta que para a maioria das pessoas, a representação de um anjo, uma princesa ou uma boneca será de pele branca. Isso tudo pode parecer inofensivo, no entanto, a linguagem, a brincadeira e os brinquedos nos constituem, e é preciso que o professor como mediador possa problematizar situações como estas.

3. Chocalho de origem afro-brasileira.

4. Chocalho de origem indígena.

5. Dança afro-brasileira com bastões.

Também é preciso que nas disciplinas técnicas (pois somos estudantes do Ensino Médio integrado ao ensino técnico) ofereça-se esse olhar às pluralidades e diversidades culturais, e à valorização dos diferentes saberes. Compreendemos que existe a necessidade de políticas que capacitem os docentes e os técnicos administrativos acerca da pauta antirracista, para que assim o envolvimento com esta temática não dependa da afeição dos professores, mas se torne uma prática regulamentada e parte efetiva do plano político pedagógico institucional.

Contudo, ainda observamos que são poucos os estudantes negros na sala de aula, o que demonstra que é preciso criar políticas para o acesso destes estudantes. Sabemos que existe na rede IFMT o NEABI⁶, que muito bem regulamenta o ingresso de professores negros através de cotas. No entanto, sentimos falta de maior diálogo e de outras ações do NEABI no chão escolar, neste sentido de intervenção pedagógica antirracista. Entendemos também ser preciso divulgar nos territórios mais vulneráveis da cidade a existência da formação técnica gratuita ofertada no IFMT de forma a atingir às pessoas negras que geralmente estão em massa nos bairros mais pobres. Esta ação poderia favorecer o aumento do número de estudantes negros. Isto é, o combate ao racismo e o início do desenvolvimento da educação antirracista passam também pela a inserção de negros em instituições escolares federais, uma vez que oferecem formação técnica e de qualidade.

Por fim, é preciso avançar na relação entre os saberes escolares, a realidade social e a diversidade étnico-cultural para que a sociedade e os educadores compreendam que o processo educacional de excelência necessita ser formado também pela ética, identidades diferentes, diversidade, relações raciais, entre outros (GOMES, 2005). Para Pinheiro (2019), enquanto não houver ambientes constituídos por negros, com mestres negros e a ocupação de cargos de liderança por negros, não será possível uma educação antirracista efetiva, porque é necessário oferecer protagonismo a essas pessoas que possuem sua própria voz, não mais sendo silenciadas pelas pessoas brancas.

Considerações finais

Em virtude de todo o exposto e como problematizamos na tirinha, pode-se perceber que a cor da pele influencia na vida do negro, cujo é subjugado e desfavorecido pela sua característica fenotípica. Já a pessoa branca, vista como padrão universal, recebe mais oportunidades, voz e representações positivas de si. Através do presente ensaio que produziu uma arte (tirinha), discutiu ações consideradas por nós estudantes como antirracistas na materialidade do âmbito escolar e pontuou as necessidades de avanço, é possível compreender que a educação antirracista galga no interior da escola a passos lentos e que ainda não consegue proporcionar um ambiente igualitário na escola. É necessário que se efetivem políticas como pesquisas, simpósios, palestras, produções culturais, núcleos de estudos que envolvam a comunidade escolar, os docentes e os técnicos administrativos, além da criação de estratégias para o aumento do número de estudantes negros no IFMT. Reconhecemos as iniciativas e os movimentos empreendidos pelos professores, mas também aspiramos que a pauta da educação antirracista ganhe mais vigor mediante políticas institucionais articuladas em toda a rede.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.639, de 6 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003.

6. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas.

CARVALHO, Renata de Oliveira; TAVARES, Natacha da Silva. O grito da consciência: uma experiência pedagógica e artística no âmbito escolar. In: SEMINÁRIO CORPOS, GÊNEROS, SEXUALIDADES E RELAÇÕES RACIAIS NA EDUCAÇÃO: AVANÇOS E RETROCESSOS NAS PRÁTICAS SOCIAIS E NA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES, 4., 2018, Uruguaiiana. *Anais [...]*. Uruguaiiana: Unipampa, 2018. p. 33-42.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 83-96.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília, DF: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 143-154.

KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva. *O mundo na caixa: gênero e raça no Programa Nacional Biblioteca da Escola*. 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

DIAS, Kenia Maria. *Tá bom pra você?* [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (14 min). Publicado pelo canal TEDx Talks. Produção: TEDxSaoPauloSalon. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bLkLaQVuRd8>. Acesso em: 30 jun. 2020.

PINHEIRO, Karen Luise. Por uma educação antirracista. *Portal Geledés*, São Paulo, 30 out. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/por-uma-educacao-antirracista/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

RIBEIRO, Djamila. *Sobrevivendo no Inferno*. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (14 min). Publicado pelo canal RacionaisTV. Produção: Fabio Uehara. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rrImxSr0mQo&t=195s>. Acesso em: 4 maio 2018.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília, DF: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 21-37.

Data de submissão: 16/07/2020

Data de aceite: 27/08/2020